



Governo do Estado de São Paulo
São Paulo Previdência
Conselho SPPREV

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 152.00018860/2023-15

Interessado: Conselho SPPREV

Assunto: Ata da 179ª Reunião do Conselho Fiscal

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, nesta cidade de São Paulo, no Gabinete da Presidência da São Paulo Previdência, sito a Avenida Rangel Pestana, nº 300, 13º andar, ala Sé, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência-SPPREV. Estiveram presentes à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Samuel Paulo Viana da Silva, bem como os Conselheiros Titulares Arno Meyer, Philippe Vedolim Duchateau, Anselmo Deniz Campos Junior, Diego Marcelino dos Reis Teixeira. Ausente, por motivos justificados, James Felipe Piazza, sendo substituído pelo seu suplente Marcos Akamine Wolff. Estiveram presentes à reunião o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles, o Gerente de Planejamento e Controle, o senhor Marcos de Oliveira Campos, a Gerente de Finanças e Contabilidade, a senhora Ivete Tie Nagata e o analista previdenciário Valdemir Roberto Machado de Moraes. O Presidente do Conselho Fiscal declarou abertos os trabalhos, iniciando-se com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da Reunião 178ª; Informes gerais; Apresentação do relatório de auditoria RACI 2022; Apreciação do Balancete de Março de 2023 e Relatórios de Investimentos de Abril de 2023. Em seguida, foi

passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças que passou os informes gerais. Neste momento, o Diretor de Administração e Finanças informou que o Diretor Presidente da SPPREV, o Diretor Vice-Presidente e o assessor Walter Kazuo Pró-Gestão se reuniram com o Secretário Executiva da Secretaria de Gestão e Governo Digital para apresentarem e explicarem sobre o Pró-Gestão, a fim de que o Secretário possa levar a questão ao Governador, uma vez que há a necessidade da assinatura do Governador do Estado para que a SPPREV obtenha a Certificação do Pró-Gestão. Na mesma oportunidade, o Diretor Presidente da SPPREV comunicou sobre o chamamento dos 72 (setenta e dois) técnicos já aprovados no último concurso, pois sem esses funcionários não tem como assumir a folha dos outros poderes que é um dos apontamentos do TCE. Bônus de 2022. O SEI, estamos enfrentando diversos problemas, não apenas na SPPREV. Tiveram que ser alterados vários fluxos em todas as áreas. O Diretor de Administração e Finanças falou sobre a reforma do piso, que já foi finalizada no 12º andar e agora iniciou-se no 13º andar, pela Diretoria de Administração e Finanças. A reforma é tanto para a raspagem do piso e o AVCB. No mais, a SPPREV está, neste e nos próximos meses, discutindo a POS 2024 e o PPA 2024 e 2027. Arno- André falou sobre as pendências do Pró-Gestão nível II, pedindo que o Diretor rememore quais são os requisitos para a SPPREV e, em especial, para o Conselho Fiscal, no que o Diretor de Administração e Finanças esclareceu que o que foi exigido foi cumprido, agora é preciso manter. O que foi dito é que o Pró-gestão precisa emitir a Certificação, no entanto, é preciso que o Governador assine. A única questão é a certificação dos Conselheiros e Dirigentes da autarquia. Depois, foram convidados os senhores Eliane Resmini, Marcial Lopes Filho e Valdir Correa Sobrinho, auditores externos independentes da Russell BedFord e a contadora Ida Zacharias, para a apresentação do Relatório de Avaliação dos Controles Internos – RACI de 2022. Desta forma, pela auditoria independente foi apontada a recomendação para que haja o registro de reservas técnicas pelo regime de competência. Em relação aos benefícios previdenciários civis a recomendação foi para que a autarquia obtenha cópia da sentença e da posterior publicação no Diário Oficial do Estado, mantendo-se em seus arquivos. Já para os benefícios militares as

fragilidades apontadas pela auditoria independente foram a rastreabilidade de dados; melhoria nos controles e obtenção de documentação suporte de processos antigos e melhoria nos procedimentos/controle de publicação no Diário Oficial do Estado dos benefícios concedidos. Desta forma, a recomendação em relação aos benefícios militares foi quanto a melhoria no sistema de digitalização de documentos e aprovações digitais, com rotina de segurança e aprovação de benefícios. Outro ponto também referido pelos auditores independentes foi quanto a questão da folha de pagamento de empregados públicos, sendo recomendado que a autarquia faça e assine o programa de gerenciamento de riscos, respeitadas as demais normas regulamentares. Conforme os auditores independentes, após referida constatação, o documento foi assinado em 30 de novembro de 2022. A auditoria independente sugere que esse documento seja atualizado regularmente. Ainda sobre a folha de pagamento de empregados públicos foi apontado sobre a provisão de férias, cuja recomendação foi para que fosse explicado o motivo pelo qual as bases de cálculos de provisão das férias estavam diferentes da remuneração informada na folha de pagamento, sendo que a questão foi corrigida em dezembro de 2022. A auditoria independente também registrou que, conforme observaram sobre a provisão do 13º salário, havendo adiantamento do 13º salário para gozo de férias. A planilha nem sempre demonstrava o saldo anterior, sendo a recomendação para que a autarquia verificasse e demonstrasse individualmente cada empregado que recebeu o respectivo adiantamento, sendo a questão também regularizada em dezembro de 2022. Sobre o Sistema da Folha de Pagamento, a recomendação da auditoria independente foi para que a SPPREV estude a possibilidade de adotar um sistema que tenha condições de integrar a folha de pagamento com o SIAFEM, já que o sistema atual é da Thema Informática Ltda. Que não tem vínculo com o SIAFEM e por isso há informações que precisam ser lançadas manualmente. Também foram apontadas as licitações e contratos recomendando-se que seja adotada a nova legislação- Lei 14.133/21. Os auditores independentes também registraram que no trabalho de inventário de bens do ativo permanente foram identificados alguns itens que possuíam identificação, mas não possuíam o número de chapa de identificação, o que já foi regularizado. Também foi

falado sobre a Certidão de Regularidade Previdenciária, Detalhamento dos Serviços de Auditoria Referente às Demonstrações Contábeis, momento em que a recomendação feita foi no sentido de que fosse realizado um estudo com o objetivo de avaliar e justificar a ausência de qualquer ajuste e efeito em virtude da aplicação do novo Manual de Contabilidade Pública. No relatório os auditores também apontaram sobre o descumprimento de dispositivos legais, uma vez que o Decreto nº 54.623, de 31 de julho de 2009, em seu artigo 1º, estabelece que a SPPRERV deverá assumir, até 30 de junho de 2010, as atribuições do processamento d FOLHA DE PAGAMENTO DOS INATIVOS DA Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal de Justiça Militar, do Ministério Público e das Universidades Paulistas – USP, UNESP e UNICAMP. Assim, a auditoria recomendou que a SPPREV aumente seus esforços para atender ao disposto do referido decreto. Ainda, foi falado sobre a Provisão para as contingências; Provisão Atuarial – Reservas Matemáticas; Base de Preparação conforme o 9ª Edição do Manual de Contabilidade Pública; Avaliação do Laudo emitido Conde Consultoria Atuarial 2021/2022; Tábua de Mortalidade Geral de Inválidos e de Entrada em Invalidez; Fator de Capacidades de Salários e Benefício; Metodologia utilizada na Avaliação Atuarial ; Lei Geral de Proteção de Dados; Política de Segurança da Informação; Política de Gestão de Incidentes; Descrição e Definição de Perfis; Estrutura dos Mecanismos de Logs; Informação sobre a Infraestrutura de Segurança do Data Center(CPD); Certidão de Débitos Trabalhistas – são 112 processos trabalhistas tramitando. O Conselheiro Arno Meyer indagou sobre a resposta da Consultoria atuarial acerca das observações realizadas pelos auditores independentes, no que o Diretor de Administração e Finanças explicou que já foi solicitada uma resposta mais detalhada por parte deles, em relação ao que foi apontado. O Conselheiro Diego Marcelino dos Reis Teixeira quis saber como está a questão da absorção das folhas pela SPPREV e a USP tem uma análise diferente do teto constitucional. Como tem sido isso para a SPPREV? André Robles explicou que hoje há um decreto que as folhas serão absorvidas conforme cronograma a ser definido, o que não foi até o presente momento. Outro ponto é a estrutura da SPPREV para absorver essas folhas que, no

momento, não é suficiente, motivo pelo qual a SPPREV vem insistindo na contratação dos 72 aprovados no último concurso. Portanto, primeiro será necessário ter essa estrutura física-organizacional, depois ter a negociação com cada um dos Poderes e Universidade para que a SPPREV possa assumir essas folhas e depois um plano de implantação. Após, foi passada a palavra para Ivete que falou sobre a parte da Previdência do Balancete, receita, houve uma queda por conta dos royalties da participação especial e conseqüentemente a insuficiência aumentou. Em relação as contribuições, ativos, patronal, inativos e pensionistas um pequeno aumento por conta do pagamento do abono da Educação. Em relação à despesa, houve um aumento também por conta do pagamento do abono da Educação. Depois, foi passada a palavra ao Marcos de Oliveira Campos que passou a explicar a parte da Administração. Assim ele apontou um aumento nas receitas, algumas pendências da Unicamp, Unesp e Secretaria de Comunicação na taxa de administração. No tocante a despesa não houve variação, indicando algumas despesas pontuais. Na parte de contratos, Marcos de Oliveira Campos indicou um novo contrato e três aditivos contratuais de prazo. O Presidente do Conselho Fiscal solicitou para a próxima reunião, se possível, a realização de uma apresentação sobre a atualização dos imóveis. Depois, foi passada a palavra ao Valdemir que falou sobre o relatório de acompanhamento das providencias tomadas em relação aos apontamentos dos auditores independentes. Desta forma ele informou que existem 35 ocorrências das quais 12 são de exercícios anteriores, 2 já foram solucionadas e 13 esclarecidas. Ao final, foi passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças que falou sobre o Relatórios de Investimentos de Abril de 2023. Ao final, os Balancetes de Março de 2023 e Relatórios de Investimentos de Abril de 2023 foram aprovados por unanimidade pelo Conselho Fiscal. A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 21 (vinte e um) de junho de 2023, quarta-feira, às 10h00min horas. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Paola Spechoto Camargo, Assessor Técnico Previdenciário**, em 06/10/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANSELMO DENIZ CAMPOS JUNIOR, Usuário Externo**, em 06/10/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL PAULO VIANA DA SILVA, Usuário Externo**, em 06/10/2023, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS AKAMINE WOLFF, Usuário Externo**, em 10/10/2023, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9270219** e o código CRC **D7E3A8FF**.